

MULHERES AFRICANAS E INDÍGENAS, LIDERANÇAS NA SOBERANIA ALIMENTAR E LITERATURA: Ensinos e aprendizagens de possíveis intersecções contra hegemônicas

African and Indigenous Women, Leaderships in Food Sovereignty and Literature: teachings and learning of possible intersections against hegemonic

Qelia Dias de Carvalho¹

<https://orcid.org/0000-0002-0392-9873>

Lucicleia Santos Batista Higino²

<https://orcid.org/0000-0001-8670-0910>

Shirley Ribeiro de Souza Amaro³

<https://orcid.org/0000-0001-7134-6752>

Milton Ferreira da Silva Junior⁴

RESUMO

Trata-se de uma análise de possibilidades de intersecções entre os estudos sobre a presença da mulher negra na literatura, a representação da mulher indígena na sustentabilidade da aldeia e na soberania alimentar dos povos originários. Temas de pesquisa das mestrandas do Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia. As autoras dessa proposta intencionam destacar que, nos seus diversos nichos de estudo, pode haver inúmeras possibilidades de desenvolver processos de ensino-aprendizagem escolar, numa perspectiva de resistência nessas e dessas inter-relações, e que estas experiências podem contribuir no combate à invisibilidade feminina nessas atuações. Adota-se o método da pesquisa bibliográfica a partir da abordagem de uma certa “fenomenológico - militância afro e indígena”, numa outra concepção de subjetividade interseccional, a ser tratada melhor posteriormente.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Soberania Alimentar. Mulheres Africanas e Indígenas. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

¹ Pós-graduanda da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Jorge Amado, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais-PPGER. E-mail: qeliafelipe@gmail.com.

² Pós-graduanda da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Jorge Amado, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais-PPGER. E-mail: lucicleiabatista@hotmail.com.

³ Pós-graduanda da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Jorge Amado, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais-PPGER. E-mail: fruta61@gmail.com.

⁴ Doutor em Educação (UFBA). Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Jorge Amado, Itabuna, Bahia. E-mail: notlimf@gmail.com.

This is an analysis of the possibilities of intersections between studies on the presence of black women in literature, the representation of indigenous women in the sustainability of the village and in the food sovereignty of native peoples. Research themes of the master's students of the Postgraduate Program in Teaching and Ethnic-Racial Relations at the Federal University of Southern Bahia. The authors of this proposal intend to highlight that, in their different study niches, there may be numerous possibilities for developing school teaching-learning processes, in a perspective of resistance these and into the interrelationships, and that these experiences can contribute to the combat of female invisibility in these performances. The method of bibliographic research is adopted based on the approach of a certain "phenomenological - Afro and indigenous militancy", in another conception of intersectional subjectivity, to be treated better later.

Keywords: Sustainability. Food Sovereignty. African and Indigenous Women. Teaching-learning.

1. INTRODUÇÃO

Qual o pertinente lugar de fala da mulher indígena e o da mulher africana ou negra? "Lugar de mulher negra e indígena é nas suas comunidades específicas, cuidando de seus afazeres domésticos e de suas famílias." Esses são os ditames camuflados da sociedade atual, que rasga os direitos da mulher enquanto potência humana, dotada de habilidades que deveriam lhe conferir espaços de oportunidades, proteção e respeito, quando, na verdade, lhes é proporcionada uma arena de luta, obrigando-a a se levantar, não aceitando mais estar às margens da sociedade, à sombra de um homem ou de pessoas que não entendem que as mulheres indígenas e afrodescendentes têm na alma toda a sua comunidade e etnia como família, transbordando o cuidado, o afeto e a luta do âmbito doméstico.

Apesar dos séculos transcorridos de constante exclusão, a mulher negra e indígena continuam persistindo e transmitindo vida aos povos originários do continente; e é, ao mesmo tempo, a portadora de esperança para o resgate e a visibilização dos povos ameaçados (Jornal Portal Vermelho, 2012, apud ANDRADE, 2016, p. 3).

Sendo uma parte ainda mais subalternizada da maioria minorizada da sociedade brasileira atual, essas mulheres estão cada vez mais se empoderando dentro de suas comunidades, buscando seus espaços e lugares de fala pertinentes, para que suas vozes sejam ouvidas. São mulheres exercendo

simultaneamente diversos papéis: mães, lideranças de suas aldeias e quilombos, escritoras, influenciadoras e exemplos a serem seguidos.

Esta proposta surge a partir da união entre três mulheres no âmbito social, cultural, étnica e sexualmente interseccionais, que também querem ocupar o seu lugar, neste caso, no âmbito da pesquisa científica; e para além deste, fomentar o pensamento questionador acerca da realidade feminicida, intolerante e avessa à mulher, com a qual nos deparamos nos jornais diários em nosso País e com a qual lidamos em nosso cotidiano; visibilizando o trabalho da mulher indígena na sustentabilidade e soberania alimentar dentro de suas comunidades e das mulheres afrodescendentes na literatura.

O que a mulher indígena que tem inúmeras habilidades domésticas, tem a ver com a mulher indígena que lidera determinadas atividades sócio-políticas da aldeia, produz e vende seu artesanato, fomenta sua família? E o que estas têm a ver, com a mulher negra que registra literariamente sua visão e sentido do mundo? As três, além do gênero, recebem menores salários que homens na mesma função, são discriminadas, muitas constituem famílias monoparentais e sofrem todas as dores da exclusão e da invisibilidade.

2. MULHERES AFRICANAS E INDÍGENAS NA LITERATURA NACIONAL BRASILEIRA

As mulheres negras e indígenas, não são visibilizadas na literatura nacional como protagonistas ou em papéis de destaque. Difícil identificar textos e estudos nos livros didáticos atuais, de autoras negras. Embora tenham deixado uma forte contribuição nas produções literárias atuais, as mulheres até então, serviram, na maioria das vezes, de reprodutoras de um comportamento que vai além das expectativas de uma sociedade racista, evidenciado em alguns personagens, como:

[...] escrava branca, *A Escrava Isaura* (1876); ou a imagem da mulata sensual de Aluísio de Azevedo em *O cortiço* (1890), com sua Rita Baiana e a animalidade e falta de inteligência de Bertoleza; ou em imagens poéticas como em “Essa negra fulô” (1958), de Jorge de Lima, em que encontramos uma mulher

negra lasciva e pronta aos serviços sexuais do seu senhor (SOUZA, 2020, p. 71)⁵.

Aluísio de Azevedo apresenta um perfil de mulher negra que corrobora com o que encontramos nas descrições dos livros didáticos onde elas são apresentadas como criadas, amas de leite, ou escravas submissas e dominadas.

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência (MUNANGA, 2005, p. 21).

Não encontramos nos estudos e nas análises literárias, uma visão da mulher negra e indígena como um exemplo de comportamento ou como articuladora de ideais de uma época; não há representações destas personagens nos estudos literários, nem há textos produzidos por mulheres negras, reconhecidos pela Academia Brasileira de Letras, menos ainda de mulheres indígenas. Elas reproduzem a visão de uma parte da sociedade que é tão marginalizada e discriminada; há sim representação estereotipada da negra e da indígena na literatura.

Ainda é uma realidade comum a representação da mulher na literatura brasileira através de uma visão eurocêntrica, machista e racista sendo ela apenas um sujeito-objeto⁶ sem voz, onde suas ideologias são silenciadas, levadas para uma posição subalterna.

Tarsila do Amara⁷ e Rachel de Queiroz⁸ são das poucas representações femininas visibilizadas na literatura brasileira. Se é difícil para a mulher branca galgar um lugar de notoriedade nesse âmbito, para a mulher negra e indígena essa tarefa é ainda mais árdua e difícil.

⁵ Disponível em: encurtador.com.br/nEYZ3. Acesso em: 03 nov. de 2020.

⁶ Segundo Spivak é aquele que é apenas representado e não se representa, ou seja, os que são silenciados pela massa dominante.

⁷ Foi uma pintora e artista brasileira do período literário referente ao modernismo. O quadro "Abaporu" pintado em 1928 é sua obra mais conhecida.

⁸ Tradutora, romancista, escritora, jornalista, cronista prolífica e importante dramaturga brasileira. Autora de destaque na ficção social nordestina responsável pela obra "O Quinze". Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras.

Minhas queridas hermanas, os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum. Não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio. Gostaria de chamar os perigos de “obstáculos”, mas isto seria uma mentira. Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

Os desafios de uma mulher negra ou indígena ao escrever literariamente são muitos. A sociedade não lhe facilita condições para que se torne uma escritora, suas vozes muitas vezes, são silenciados antes mesmo que cheguem às folhas de um livro. Por que deixar uma subalterna falar? Não são os críticos literários os intelectuais? Não são os grandes escritores clássicos, donos das cadeiras da ABL⁹ que realmente têm o dom da palavra, que irão representá-las? Então não precisa que falem, não precisa que pensem, eles falarão por elas.

É improvável que tenhamos amigos nos postos da alta literatura. A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

A literatura nada mais é que a representação social de uma época, de uma classe, de uma raça. Candido¹⁰ (2011) afirma que Literatura é “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase”. conferindo importância à escrita feminina, pois, torna imperativa a necessidade das produções literárias de mulheres negras e indígenas que contemplem sua participação na sociedade de uma dada época. Excluir as mulheres negras e indígenas desse processo é excluir suas contribuições, suas idiossincrasias sua intelectualidade, seu ser.

⁹ A Academia Brasileira de Letras é quase toda composta por homens brancos. (84,7% de homens brancos em 2018).

¹⁰ Antônio Candido, crítico literário e professor universitário brasileiro. Estudioso da literatura brasileira e estrangeira, é autor de uma obra crítica extensa, respeitada nas principais universidades do Brasil. A passagem citada acima provem de sua obra: *Literatura e Sociedade*.

Não é mais aceitável que continuem silenciando a voz das mulheres negras e indígenas, suas visões de mundo a respeito da sociedade atual, nem na literatura, nem em nenhum outro espaço.

3. ATUAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS NA SEGURANÇA ALIMENTAR

São poucos os pensantes da academia que se debruçam sobre o direito dos povos à alimentação e à nutrição, muito menor é o número dos que percebem os personagens sujeitos que os garantem, na prática, cotidiana, seus labores, seus dissabores, seus desafios, suas conquistas e as formas possíveis de auxílio e incentivo às suas demandas. No entanto, não faltam dispositivos legais para o estabelecimento e usufruto deste.

A sociedade civil mobilizada ajudou o governo a criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que promoveu a realização da Conferência Nacional da Alimentação e Nutrição em 1994, que, por sua vez, embasou, em setembro de 2006, a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e estabeleceu outras instâncias visando a garantia do direito humano à alimentação adequada a todas as pessoas que vivem no território nacional. Em 2011, o País vive a quarta conferência nacional de Segurança Alimentar e nutricional, seu documento base traz a seguinte afirmativa:

[...] ainda persistem ameaças e desafios históricos para a garantia da soberania alimentar e para a plena realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável no País, tais como: a concentração da propriedade de terra; um conjunto amplo de desigualdades (renda, étnica, racial e de gênero); a insegurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, da população negra e dos povos e comunidades tradicionais, entre outros¹⁰ (BARROS; SILVA; GUGELMIN, 2007, p. 260).

O problema fica ainda maior quando o assunto é sustentabilidade alimentar:

[...] novos desafios emergiram na sociedade brasileira: o Brasil é o maior comprador de agrotóxicos do mundo; existe um risco ainda não mensurável com a liberação das sementes transgênicas; instalou-se uma epidemia da obesidade; e houve o preocupante aumento do consumo de alimentos com alto teor de sal, gordura e açúcar, de bebidas adoçadas e refeições prontas (CONSEA. 2011, p.2)¹¹

Alia-se a esse quadro sócio político brasileiro a fala de Maria Emília Pacheco:

A redução da pobreza e, sobretudo, da extrema pobreza no país veio acompanhada da redução da insegurança alimentar e da fome. As desigualdades que permanecem mostram a importância de políticas afirmativas que respondam às diferentes realidades das mulheres (PACHECO, 2016).

Como assim? A autora fornece mais esse panorama:

Nos últimos anos, o quadro de segurança alimentar melhorou no país. A desagregação dos dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), que mensura a percepção dos moradores de referência dos domicílios em relação ao acesso aos alimentos, mostra-nos, entre 2009 e 2013, uma variação positiva de 13,7% nos lares chefiados por mulheres (PACHECO, 2016).

A atuação da mulher na segurança e soberania alimentar é uma realidade incontestável, assegurada no Art. 4, inc. II do Decreto 7272/10 que regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006 criando Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, cujos parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são:

Articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades sociais, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade (BRASIL, 2010).

¹¹ Disponível em: encurtador.com.br/gpCEI. Acesso em: 02 set. de 2020.

Dados os enunciados supracitados, pode-se depreender uma invisibilidade do trabalho das mulheres, autoras de uma revolução social silenciosa, a partir do seu adentramento em áreas, antes, protagonizadas apenas pelos homens, a área rural é uma delas, as mulheres representam praticamente metade da população residente no campo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E mais de 63% delas são afrodescendentes. Também foram maioria na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no ano passado, com o lema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, contou com a participação de 54% de mulheres¹².

Num País em que, segundo estatísticas do IBGE em 2014, mais de 38% dos lares são chefiados por mulheres¹³, no qual essa realidade tem seus dados multiplicados a cada senso, considera-se pouco ou mesmo insignificante a visibilidade dessas atrizes sociais, presentes de forma salutar na economia familiar e nacional, elas desempenham papel significativo na produção brasileira de alimentos, no entanto, seu caminho ao protagonizar a soberania alimentar é permeado de obstáculos, como afirma Pacheco (2016): “Maridos chegam a jogar agrotóxicos nas plantações por discordarem das agricultoras que decidem realizar a transição agroecológica”. Um outro agravante é revelado pela FAO¹⁴: apenas um quinto das trabalhadoras do campo são donas dessas terras; a agência apoiou mulheres rurais de mais de 130 países em dois anos.

As mulheres indígenas e negras têm muitas lutas em comum, a alimentação e acesso à terra - 32,7% das mulheres indígenas não-grávidas apresentam anemia segundo o 1.º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, a violência doméstica, o acesso à água limpa e de qualidade, o resgate das Sementes Crioulas – principalmente milho e feijão, e atualmente a defesa pela manutenção dos organismos legais que garantem a soberania alimentar, posto que o atual governo tem promovido uma desestabilização legal com a pretensa extinção do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

¹² Ver <http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-read_article.php?articleId=1516>.

¹³ Ver <<http://g1.globo.com/globo-reporter/edicoes/2014/10/31.html>>.

¹⁴ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Como as mulheres indígenas e negras têm empreendido suas lutas, quais as suas vitórias e desafios e como essas ações têm gerado ensino/aprendizagem em suas instâncias de atuação revelam a existência de um cruzamento harmonioso de interesses ao que chamamos aqui de intersecções contra hegemônicas, campo fértil para estudos, arrazoamentos e aprendizagens.

4. MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS NA LIDERANÇA E SUSTENTABILIDADE DAS ALDEIAS E QUILOMBOS

Ao longo do tempo a mulher vem lutando por mais espaço na sociedade, nas comunidades indígenas não é diferente, as mulheres indígenas têm assumido papéis de liderança lutando pela defesa e aquisição de direitos para seu povo.

Nas aldeias indígenas Pataxó do município de Porto Seguro, existem inúmeros exemplos de mulheres indígenas que fizeram e fazem parte da luta pelos direitos de seu povo, a exemplo da Indígena Josefa Ferreira que nasceu e cresceu na aldeia de Barra Velha, no município de Porto Seguro, na década de 20. Tendo vivido toda sua vida na mesma região, defendeu e preservou a cultura de seu povo mesmo diante das dificuldades e conflitos territoriais.

Tornando-se uma das principais lideranças do povo Pataxó, num tempo de predominância masculina, tomou frente da aldeia, em 1970, após a morte de seu pai, Epifânio, antigo cacique de Barra Velha, dividindo o cacicado com o seu irmão, que confiava em sua guia e forma de liderar. A perseverança, disponibilidade e exemplo dessa guerreira ao afirmar que permaneceria na aldeia independente dos conflitos ocorridos contra os guardas do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), que perseguiram o povo pataxó há anos, é vista como uma espécie de “dia do fico”¹⁵.

Um dos principais feitos de Josefa foi mandar uma carta para o presidente Médici solicitando a presença dele e o presidente assim o fez em 1971, trazendo esperança a seu povo. Josefa Ferreira é um símbolo em meio ao povo pataxó, por resistir às diversas forças enviadas para banir os nativos de sua região (guardas do IBDF mandados para a demarcação do Parque Nacional do Monte

¹⁵ Uma alusão à célebre frase de D. Pedro I. “Diga ao povo que eu fico”.

Pascoal) encorajando a luta pelo direito de terras e a justiça não só para seu povo, como para as diversas tribos que habitavam a região.

Mulheres, como Maria Coruja, Nitynawã, Cacica Maria Das Dores, Juliana Santana e tantas outras, entre as quais se destaca Luzia Silva Matos (Luzia Pataxó), filha do antigo cacique Alberto do Espírito Santo Matos, entre oito irmãos que tentavam a todo custo que ela fosse educada e preparada para fazer serviços domésticos e cuidar da família, não permitindo que ela saísse para as reuniões e movimentos.

Tornou-se uma voz de resistência ao se fazer presente nos espaços de luta. Fez curso técnico de enfermagem, e muito cedo assumiu uma vaga de estatuária como técnica de Enfermagem no município de Porto Seguro, logo assumiu a Diretoria de Saúde Indígena do município, posteriormente a Superintendência de Assuntos Indígena de Porto Seguro, e atualmente é Coordenadora de Saúde Indígena do Estado da Bahia. Contrariando a teoria registrada por Raminelli: “No final do século XVI, vários teólogos reafirmaram que o sexo oposto era mais frágil em face das tentações por estar repleto de paixões vorazes e veementes (RAMINELLI, 2009, p. 42).

Nem todas as mulheres conseguem se livrar da situação de submissão, fazer parte das lutas para que políticas públicas contemplem seu povo, participar de movimentos, reivindicar a demarcação das terras que, ancestralmente, pertencem a seus povos; ter conhecimento das leis que as defendem da violência física, como os abusos sexuais; da exploração da mão de obra; lutar para conseguir saúde e escolas para as crianças; enfim, que lhes sejam devolvidos respeito e dignidade, através do acesso à terra, lugar que lhes foi usurpado desde a colonização. Bailey, sobre Eliane Potiguara, afirma:

Diz a autora: “a libertação do povo indígena passa radicalmente pela cultura, pela espiritualidade e pela cosmovisão das mulheres” (Metade cara 46). Segundo a autora, a alienação e o sofrimento da mulher indígena resultam na perda de identidade de nações inteiras, e por isso sua obra orienta-se a partir de uma preocupação fundamental com a educação e o fortalecimento cultural e político da mulher indígena (BAILEY, 2010, p. 211).

Seus textos literários, divulgados em diversas mídias, expressam sua cultura, reverenciam seus antepassados, dão a conhecer seus costumes,

mostram suas dores, seus temores, sua memória e, principalmente, apresentam muito zelo em deixar acesa a luz de sua identidade. É ainda Eliane Potiguara que, com um dos seus poemas, exemplifica o que dissemos:

[...] Faço agora um acordo entre meu ego e minha alma. Minha alma é primeira, é forte, é intuitiva, eterna amante, indígena. Mas meu ego, condicionado pela cultura dominante, me leva para a Escuridão terrena, celestial, marítima, onírica e filosófica. Conduz minha auto estima para os porões. Não, mulheres do mundo!
Não aceitemos mais! [...]
Meu ego não pode ser mais forte do que minha alma, Minha anima, minha
Essência de mulher selvagem, indígena, essencial à preservação digna do Planeta e dos seres humanos.
Basta de violência.
Nós somos lobas.
Somos músicas que ecoam no etéreo. Nós somos foca.
Nós somos Humanidade e sabemos o que é digno para nós.
Nossa pele de foca brilha de novo.
Ouçamos definitivamente nossas velhas e velhos.
(POTIGUARA, 2004, p. 87).

5. ENSINOS E APRENDIZAGENS DE POSSÍVEIS INTERSECÇÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS

O exemplo que emana do histórico de lutas e vitórias de mulheres negras e indígenas, nos obriga a pensar práticas pedagógicas de enfrentamento de desobediência epistemológica¹⁶, de (re)existência e ressignificação. O chão da sala de aula, é lugar fértil, a vida de alunas negras e indígenas importam a ponto de todo agente escolar ter a obrigação didática de reconhecer a potência que cada aluno e aluna têm. A competência e a capacidade sócio-política de cada aluno e aluna, está em grande medida, condicionada à atuação do professor e dos agentes educacionais de cada instituição.

O subalternizado não pode se deixar calar, ao tempo em que deve dar voz ao seu parceiro de caminhada. O aluno deve ser considerado, o futuro do movimento antirracista, posto que o racismo estrutural não deixará de existir. Deve representar o futuro defensor dos direitos das mulheres indígenas e

¹⁶ Termo cunhado por Boaventura de Souza Santos na obra, Um discurso sobre Ciências. <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/view/3749>>

negras, posto que elas não deixarão de ser desrespeitadas. Unir-se ao aluno nessa perspectiva é ter o cuidado de pensar cada aula como uma arma, um exercício de resistência e reestruturação da comunidade e do mundo.

Como pedagogizar, como didatizar a luta? O enfrentamento? De Paulo Freire vem o alerta de que aprender é um ato revolucionário:

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.”

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

“O educador se eterniza em cada ser que educa.”

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”¹⁷

O patrono da educação nos adverte, nos direciona, nos instiga e nos constrange. Que luta estamos travando através do nosso cotidiano didático-pedagógico? Meus alunos são levados ao despertar da consciência étnica? Eles se reconhecem e se valorizam encontrando espaço para expressão de suas inquietudes, necessidades e dilemas, confiando no coletivo da sala de aula, respeitando e dando segurança ao seu/sua colega de também o fazê-lo?

A atmosfera do coletivo responsável deve estar impregnada em cada palha, em cada tijolo, em cada quadro das escolas das aldeias e quilombos. O espaço deve esperar, acolher, convidar ao debate de temas e assuntos fundantes como o racismo e a violência contra mulheres indígenas e negras. Esse pode ser o primeiro passo para a promoção de ensino e aprendizagem que as intersecções que as assolam devem promover, para além do exemplo de vida em seus kijemes, ocas, taperas ou casas, rompendo a atuação hegemônica nesses espaços.

Gersem Baniwa ao analisar, em sua tese de doutorado, a afirmativa de Jean Paraíso Alves, afirma que, para Alves, “o intelectual indígena é um produto do indigenismo de Estado na tentativa de cooptar o movimento indígena

¹⁷ Ver <<https://claudia.abril.com.br/noticias/5-frases-de-paulo-freire-que-farao-voce-refletir-sobre-o-dilema-de-educar/>>.

independente mediante a formação consciente de uma nova elite” (LUCIANO BANIWA, 2011, p. 170). Baniwa considera, ainda que:

Não se pode afirmar de forma categórica que nessa relação os indígenas sempre levam desvantagens no sentido de que são passíveis de manipulação ou cooptação. Estes sempre apresentam estratégias de resistência, reação dinâmica, construtiva e propositiva em defesa dos direitos de seus povos, mesmo quando aparentemente parecem ceder, pactuar ou mediar a relação em nome do Estado ou junto com o Estado (LUCIANO BANIWA, 2011, p. 170).

Essa lealdade, é construída a partir do autorreconhecimento, do sentido de pertencimento de grupo. Um potencial aldeático e quilombólico de educação escolar e comunitária que precisa reverberar em todas as escolas públicas e particulares que desejam problematizar as questões de gênero e raça. Lançando mão de práticas de ensino e aprendizagem antirracistas, contra hegemônicas e não discriminatória, que auxiliem o desenvolvimento integral dos sujeitos, tornando a escola, um espaço de respeito, cidadania e amor.

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-político-econômica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas (MUNANGA, 2005, p. 26).

O mesmo método apontado por Munanga, pode se dar em relação ao ensino de Literatura, que o professor note, aponte e explique sobre autoras indígenas e negras, ainda que os livros não as contemplem. Quando abordar em suas aulas de ciências, geografia, biologia. o espaço disciplinar que trazer um texto acerca de alimentação, que seja abordada a importância da soberania alimentar indígena e o papel das mulheres nesse processo. Que as aulas de história tragam à baila, lideranças femininas, seu percurso e suas contribuições. E interdisciplinarmente, que essas mulheres estejam visíveis, no currículo, nas

disciplinas, na vida de cada escola cujos profissionais acreditem na construção paulatina de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Longe de apresentar soluções a uma problemática tão ampla, o presente texto tem antes, o intuito de problematizar as intersecções, os encontros, desencontros, cortes que as mulheres indígenas e negras vivem na soberania alimentar, na liderança da aldeia e na literatura. Há ainda muito espaço para essas discussões, posto que, as pesquisas envolvidas ainda se encontram em estado embrionário. Contudo, grande é a expectativa do impacto de cada temática a partir do produto final de cada pesquisadora (LUCIANO, 2011).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As futuras mulheres negras e indígenas devem ser o alvo principal dessa proposta de educação para a visibilidade, enquanto detentoras de histórias, vivências e anseios que lhes darão subsídios para liderar, administrar plantios e técnicas que garantam a soberania alimentar, bem como escrever suas histórias e memórias com liberdade, engajamento e leveza.

No entanto, tendo em vista o vasto campo escolar a ser alcançado com informações tão fundantes, todas as escolas, de todos os níveis e locais devem estar atentas ao seu papel no movimento contra hegemônico, por ser a hegemonia, um estado de desigualdade, que nutre uma cultura racista e feminicida.

Assim sendo as mulheres indígenas e negras serão visibilizadas, tomarão com mais segurança e respeito os lugares que querem alcançar, liderando suas comunidades, tendo acesso à terra, lutando pela sustentabilidade e soberania alimentar e tendo seus textos presentes, nos importantes anais literários e nos nossos livros didáticos.

Enquanto comunidades e sociedade reconhecem que é impossível alcançar o desenvolvimento, ignorando uma massa insurgente, chamada de minoria, quando, na verdade, sofreu o processo sócio-histórico de minorização, sendo maioria em número e minoria em voz.

Que as intersecções, ou pontos comuns que interseccionam, perpassam, marcam as mulheres indígenas e negras sejam presentes em nossos saberes e

fazeres de ensino e aprendizagem cotidianos, afinal, como bem defende Julieta Paredes, as mulheres são a metade de cada comunidade, de cada povo, de cada nação, de cada país, de cada sociedade e nenhum corpo pode chegar muito longe se deixou parte de si para trás¹⁸.

Os espaços comunitários de debate, a abertura de agenda nas escolas, quilombolas e indígenas que fomentem reflexões acerca da necessidade de engajamento na luta pelo reconhecimento teórico-prático da igualdade de gênero, através do compartilhamento de saberes e divulgação de ações sócio-políticas positivadas que garantam à mulher indígena e negra, a valorização da sua fala a partir do lugar em que suas faculdades lhe permitirem por ela ser ocupado, é o que se aponta como possível resposta solutiva à problemática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cida. Mais mulheres são chefes de família, e jovens optam por ser mãe mais tarde. Elas comandam 87% das famílias sem cônjuge e com filhos. IBGE divulga dados de gênero do país relativos a 2010. **G1**. São Paulo, 31/10/2014 10h00.

Disponível: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/mais-mulheres-sao-chefes-de-familia-e-jovens-optam-por-ser-mae-mais-tarde.html>. Acesso: 29 out. 2019.

ANDRADE, Aline S. De. **Ikhã'y' iré ãg Aksũg**: lëp Jokana Txihihãe Pataxó ãpú Pataxi Makiame (Lutas e Conquistas: Mulheres Indígenas Pataxó de Aldeia Velha). 2016. 65 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMG, Minas Gerais, 2016.

ANZALDÚA, Gloria. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo". Trad. Édina de Marco. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, pp. 229-236, 2000.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BAILEY, Cristina Ferreira- Pinto. Uma nova iracema: a voz da mulher indígena na obra de Eliane Potiguara. **Revista Iberoamericana**, v. LXXVI, n. 230, Enero-Marzo 2010, p. 201-215.

¹⁸ Julieta Paredes é poeta, escritora e ativista boliviana.

BARROS, Denise C.; SILVA, Denise O.; GUGELMIN, Silvia A. (Orgs.).

Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, vol. 01, 2007, 260 p. ISBN: 978- 85-7541-587-0. Disponível: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_IV/relatorio_preliminar_4_conferencia_seguranca_alimentar_nutricional.pdf. Acesso em: 19 jun. de 2019.

BRASIL, CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil:** Indicadores e Monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Disponível: http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2010/resumo-executivo_final_19_11-1.pdf. Acesso: 02 set. 2020.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010.** Brasília, DF, 2010.

BRASIL. FUNAI. **Seminário Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/483-seminario-de-mulheres-indigenas-e-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso: 01 de nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm#:~:text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,a%20dequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 3**, 11 de Janeiro de 2008. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Livro Didático. Ministério da Educação, Brasília, 3 de jan. de 2008.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

LUCIANO BANIWA, Gersem José dos S. **Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real**: Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. 2011. 370 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PACHECO, Maria Emília. **Por Direitos e Soberania Alimentar**: falam as mulheres! 2016. Boletim Eletrônico. Disponível: <https://racismoambiental.net.br/2016/03/08/por-direitos-e-soberania-alimentar-falam-as-mulheres/>. Acesso: 04 nov. 2019.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. São Paulo: Global, 2004.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 11-44.

REDENUTRI: Rede de Alimentação e Nutrição do Sistema Único de Saúde. Published At: Seg 23 de Maio, 2016 04:29 BRT (2574 Leituras). **Disponível Relatório final da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível: http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-read_article.php?articleId=1516. Acesso: 05 out. 2019.

SALAM, Jashim. **ONU marca Dia Internacional das Mulheres Rurais destacando autonomia e igualdade**: FAO revela que apenas um quinto das trabalhadoras do campo são donas dessas terras; agência apoiou mulheres rurais de mais de 130 países em dois anos. Home-page. Disponível: <https://news.un.org/pt/story/2018/10/1642772>. Acesso: 29 out. 2019.

SOUZA, Douglas de. **Sou negra ponto final**: a poética de Alzira Rufino. Vinhedo: Horizonte, 2020.